

A ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

António Loureiro^{1*}, Ana Ferreira² e Sílvia Seco³

1: Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra
e-mail: antonio.loureiro@ipc.pt

2: Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra
e-mail: anaferreira@ipc.pt

3: Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra
e-mail: silvia.seco@ipc.pt

Palavras-chave: Inclusão Social, acessibilidade, cidadania, igualdade de género

Resumo

A acessibilidade passa pela prevenção ou a eliminação de obstáculos à utilização dos produtos e serviços mais comuns. Permite às pessoas com limitações funcionais, inclusive as pessoas com deficiência, perceber, utilizar e compreender estes produtos e serviços, em igualdade de condições com as demais pessoas (Teles, Lia, Oliveira, Pais, & Martins, 2006; Comissão Europeia, 2015). Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, pessoas portadoras de deficiência constituem a maior minoria a nível mundial, representando cerca de 15% da população mundial, estimando-se que cerca de 80% do grupo populacional citado se encontra em idade ativa. O grupo apresenta uma elevada diversidade e heterogeneidade, sendo que diariamente está exposto a barreiras físicas e sociais que impossibilitam o acesso igualitário a oportunidades laborais.

Nesse sentido, a existência de barreiras, quer físicas quer ao nível da informação e comunicação, limita a participação completa, impedindo a efetivação dos direitos e deveres de cidadania. Deste modo, a disponibilização de infraestruturas igualitárias, sustentáveis e saudáveis contribuem para a humanização das comunidades e cidades, a participação na vida pública e a inclusão social, reduzindo desigualdades, aumentando o sentido comunitário e o bem-estar individual e coletivo, sendo por isso imprescindível que o espaço urbano garanta condições de segurança e conforto a todos os seus utilizadores (Porfírio, *et al.*, 2016; Souza, 2022).

O presente trabalho teve como objetivo analisar as ações desenvolvidas pelo Politécnico de Coimbra no âmbito do direito universal e igualdade no acesso aos vários edifícios, serviços e atividades da Instituição.

Foi efetuada a consulta da documentação das ações desenvolvidas na instituição entre os anos de 2020 e 2023 e que contribuíram para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, designadamente o ODS 5: Igualdade de género, ODS 8: Trabalho digno e crescimento económico, ODS 10: Reduzir as desigualdades e o ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Do levantamento efetuado verificou-se que foram desenvolvidas várias iniciativas, das quais se

destacam: elaboração dos Planos de Acessibilidade do IPC que incluiu a realização de um diagnóstico, de uma planta de acessibilidade e as recomendações a implementar com o objetivo de tornar totalmente acessíveis os edifícios que ainda não o são e a realização de candidaturas ao Programa de Acessibilidades aos Serviços Públicos e na Via Pública e ao Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos que permitiram realizar intervenções para melhoria das condições de acessibilidade nas várias instalações do IPC; realização do Código de Ética e Conduta que estabelece os princípios e regras gerais de conduta que devem ser adotados por todos os membros da comunidade do IPC; a elaboração do Plano para a Igualdade de Género e não discriminação com vista a reforçar a integração do princípio da igualdade de tratamento na cultura organizacional do IPC e promover, cada vez mais, uma efetiva igualdade de tratamento, de oportunidades e de participação na Instituição.

A realização das ações desenvolvidas permitiu facilitar o acesso de todos os estudantes, trabalhadores, docentes e não docentes, investigadores e visitantes aos edifícios, serviços e atividades do Politécnico de Coimbra, dando especial enfoque a pessoas portadoras de deficiência e/ou com mobilidade condicionada, aumentando assim os índices de autonomia e da responsabilidade e inclusão social da comunidade académica. A promoção da acessibilidade dos espaços públicos e dos edifícios, criando melhorias de funcionalidade, é a garantia de uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição da República Portuguesa. Garantindo autonomia, derrubando preconceitos e favorecendo práticas inclusivas para todos, mas especialmente para pessoas com incapacidades, deficiência e restrições na mobilidade. É relevante realçar, ainda, a importância das atividades realizadas nas diversas *guidelines* internacionais, nomeadamente a Estratégia para os Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiência 2021-2030 e os ODS 8: Trabalho digno e crescimento económico, ODS 10: Reduzir as desigualdades e o ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Referências

- Comissão Europeia. (2015). Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços. Obtido de https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:202aa1e4-99a0-11e5-b3b7-01aa75ed71a1.0015.02/DOC_1&format=PDF
- Porfírio, J. A., Gronita, J., Carrilho, T., Silva, H. V., Martins, M., Estanqueiro, P., . . . Cunha, R. (2016). *Ensino Superior para pessoas com deficiência visual e auditiva em Portugal: diagnóstico e contributos para uma efetiva inclusão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Souza, E. C. (2022). Inclusão e Acessibilidade nas Escolas. *Revista Científica FESA*, 1(20), 98-110. doi:10.56069/2676-0428.2022.219
- Teles, M. F., Lia, F., Oliveira, M., Pais, A., & Martins, B. (2006). *Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos - Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de agosto*. Porto: Secretariado Nacional da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.